

# Portaria afeta a exploração de gás

*Senadores apontaram impacto de novas regras na área ambiental sobre exploração de gás no Estado*

MARCOS ROSETTI

DE BRASÍLIA

**U**ma portaria do Ibama publicada no Diário Oficial do último dia 16 dificulta em algumas regiões e impede em outras, a exploração de gás no Espírito Santo.

O fato foi denunciado ontem no Senado, pois atinge seis municípios capixabas no momento em que o Estado se prepara para incrementar a produção de gás: Conceição da Barra, Linhares, Jaguaré, Sooretama, Pedro Canário e São Mateus.

De acordo com os senadores Marcos Guerra e João Baptista Mota, ambos do PSDB, o Ibama decidiu – sem ouvir as comunidades envolvidas – ampliar a área do Parque Nacional de Abrolhos, no Estado da Bahia, que era de 10 quilômetros, para 250 quilôme-

tros, compreendendo limites que vão desde a foz do Rio Jequitinhonha até a foz do Rio Doce no Estado.

“Enquanto o presidente Lula afirma que vai compensar a perda de gás da Bolívia, com a exploração de gás no Estado, mas o Ibama age na contramão. Fizeram uma demarcação sem consultar ninguém. A nova área ambiental foi criada pelo Ibama sem que segmentos dependentes da economia da região fossem ouvidos. Além da prospecção de gás natural que o Brasil necessita para fugir da sua dependência do mineral boliviano, pescadores também serão prejudicados”, disse Guerra.

A Portaria de número 39 diz que fica proibida qualquer atividade de exploração de hidrocarboneto. Para o senador Guerra, o santuário ecológico de

abrolhos deve ser preservado.

Mas alertou para o fato de Ongs de outros países estarem ditando regras no Brasil. Por isso defende o projeto do senador Camata, que obriga o Ibama a ouvir o Senado antes das demarcações.

O senador João Baptista Motta acusou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) de prejudicar o Espírito Santo.

“A área tombada, por sua abrangência, prejudica a exploração do gás natural por refinarias de petróleo no Espírito Santo”, disse.

Mota é relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do projeto do senador licenciado Gerson Camata (PMDB), que obriga o Ibama a ouvir o Senado antes de delimitar qualquer área.

“O Ibama não pode invadir a autonomia dos estados e baixar portarias sem ouvir ninguém”, disse Mota da tribuna da Casa. Recebeu apoio do senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) que defendeu a revogação da portaria.

bandes

Nosso negócio é o desenvolvimento sustentável.

Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A.

FÁBIO NUNES - 22/09/2005



Instalação de sistema de gás: críticas para novas regras